



PROJETO DE LEI N.º _____, DE 2023

(Do Senhor Deputado Alberto Fraga).

Acrescenta alínea ao inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos, para inserir alínea ao inciso IV do art. 75.

Art. 2º O inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, lei de licitações e contratos administrativos, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea:

“Art. 75.....

.....

IV -

.....

n) bens ou serviços para atividades finalísticas e específicas de inteligência de Estado, com necessária fundamentação.

.....”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO



O objetivo desta proposta é, ao cabo, proteger a soberania nacional ao estabelecer hipótese de dispensa de licitação no caso de aquisição de “*bens ou serviços para atividades finalísticas e específicas de inteligência de Estado, com necessária fundamentação*”.

Com efeito, essas aquisições, especialmente no atual ambiente de desenvolvimento tecnológico, são feitas em países desenvolvidos com dispensa de licitação, tendo em vistas as especificidades de atividade e das características peculiares desses bens e serviços, pois são comumente de fornecedores únicos e objetivam a realização de proteção de ativos estratégicos.

Não se trata de “carta branca” para aquisições, pois a dispensa será somente para atividades finalísticas; e não apenas, essas atividades devem igualmente ser específicas, e com a necessária fundamentação. Estou a tratar, assim, de um nicho muito restrito de bens e serviços que, se aberta uma licitação, esse fato tem potencial de comprometer a soberania nacional. Aliás, isso vem ocorrendo em exemplos recentes, com exposição indevida de alguns temas que exigem compartimentação, pela natureza deles.

Infelizmente, o tema de inteligência de Estado no Brasil é tratado como ramo da administração pública comum, com desconhecimento generalizado da sociedade e governo, ignorância essa por vezes preconceituosa, pois não se reconhece a necessidade da atividade e de sua importância estratégica, especialmente a proteção do país no contexto da comunidade de nações, onde o Brasil se vê sujeito a várias ameaças, como espionagem estatal, influência externa em temas de sua soberania, terrorismo internacional e crime organizado. E isso não inclui somente o Estado, igualmente podem ser atingidas empresas estratégicas e, ao fim, a própria Sociedade.

O tema de inteligência, dessa forma, não pode ser tratado como um “tabu” ou “olhando-se para o retrovisor”, mas deve ser debatido dentro da construção de um Estado verdadeiramente soberano, com o devido controle democrático. Enfim, o que se exige para se conter eventuais abusos é o aprimoramento do controle, por meio dos Poderes, e não a exposição desnecessária da atividade, como é o caso de suas compras finalísticas, desde que fundamentadas. A transparência por vezes não significa divulgar tudo, mas



que os órgãos de controle dos três poderes possam ter acesso aos conteúdos e capacidade de conter ocasionais excessos e erros.

Assim, com base nos fundamentos acima, conto com o apoio dos ilustres Pares para o aperfeiçoamento e a aprovação desta proposição, por ser medida de proteção da soberania nacional e modernização da Administração pública.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2023.

Deputado Alberto Fraga

